



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

TOTAL DE MEDIDAS APRESENTADAS PELA FIERGS	86	100%
MEDIDAS ADOTADAS	34	40%
MEDIDAS PARCIALMENTE ADOTADAS	22	25%
MEDIDAS NÃO ADOTADAS/PENDENTES	30	35%



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS ADOTADAS	34	40%
-------------------------	-----------	------------



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	Suspensão, pelo prazo de 90 dias, de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal	Adotou	Portaria ME 103, de 17/03/20	Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos
	2	Estender o prazo do mandato de administradores das sociedades limitadas, suspender o prazo para realização de assembleia geral ordinária e eliminar ou postergar a obrigatoriedade do prazo de publicar balanços auditados e parecer dos auditores independentes	Adotou	MP 931, DOU de 31 de março de 2020; Ato do Presidente do Congresso nº 39, DOU de 27 de maio de 2020; Lei 14.030 de 28 de julho de 2020	
	3	Suspensão das obrigações e penalidades relacionadas ao cadastramento da Operação de Transporte e geração do Código de Identificação da Operação de Transporte – CIOT, suspenso por prazo indeterminado	Adotou	Resolução ANTT nº 5.876, DOU de 23 de março de 2020	
	4	Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesas administrativas e recursos perante o CARF	Adotou	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 103, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20; Portaria ME/CARF 8.112, de 20/03/20; Portaria PGFN 13.338 de 4/06/20 e Portaria PGFN 15.413 de 29/06/20.	Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União
	5	Estender o prazo para entrega do Formulário Eletrônico do MCTIC (FORMPD) por parte das empresas que tenham realizado projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em 2019 e que buscam enquadramento nos benefícios previstos	Adotou	Portaria MCTIC 2.256, de 18/05/20	Prorroga a entrega do FORMPD até 30 de novembro de 2020 e prorroga prazo de contestação até 30 de



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		na Lei do Bem (Lei 11.196/2005)			setembro de 2020
CRÉDITO	6	Divulgar os bancos que operam a linha BNDES Crédito Pequenas Empresas (capital de giro) e média das taxas de juros praticadas	Adotou	Informações disponibilizadas no site do BNDES	
	7	Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras, com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos Públicos e de desenvolvimento	Adotou	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES	Está funcionando mediante requisição da pessoa jurídica e análise do banco
	8	Ampliação dos índices de cobertura da carteira do agente financeiro (stop loss) do BNDES FGI, garantindo as micro e pequenas empresas	Adotou	MP 975/2020, de 01/06/2020	
INFRA-ESTRUTURA	9	Suspensão do corte de energia elétrica a consumidores residenciais e também indústria e comércio de serviços classificados como essenciais, pelo prazo de 90 dias		Instrução Normativa nº 878, DOU de 24 de março de 2020	
COMÉRCIO EXTERIOR	10	Prorrogação do prazo dos atos concessórios e solicitações dos regimes aduaneiros Drawback, Recof e Recof-Sped que vencerão até 2020	Adotou	MP nº 960, DOU de 4 de maio de 2020; Resolução Siscomex nº 22 de 04/05/2020; Instrução Normativa RFB nº 1.960, de 16 de junho de 2020; Ato do Presidente do Congresso nº 73/20	Prorrogou os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback e reduziu o compromisso exportador de 70 para 50%
	11	Prorrogar, por 90 dias, o prazo para apresentação do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais (RAPP).	Adotou	IN IBAMA 12, de 25 de março de 2020	



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEIO AMBIENTE	12	Prorrogar, por 90 dias, o prazo para apresentação do Relatório de Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP)	Adotou	IN IBAMA 12, de 25 de março de 2020	
	13	Prorrogar, por 90 dias, o prazo para apresentação da Declaração sobre Resíduos de Serviços de Saúde (Declaração Montreal)	Adotou	Comunicado IBAMA 7307782, de 30 de março de 2020	
	14	Definir a taxa de conversão de câmbio PTAX do último dia do ano para apresentação da receita líquida das empresas estrangeiras usuárias de recursos da biodiversidade no SisGen/MMA	Adotou	Portaria MMA 143, de 31 de março de 2020	
TRABALHISTA	15	Reativação do Programa Seguro Emprego (PSE)	Adotou	MP 936, de 01/04/20; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 44, DOU de 28 de maio de 2020.	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
	16	Diferimento do recolhimento do FGTS	Adotou	MP nº 927, DOU de 22 de março de 2020 Medida Provisória nº 928, DOU de 23 de março de 2020	Diferimento do pagamento do FGTS por 90 dias. O pagamento da remuneração das férias poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao início do gozo das férias; Não há necessidade de comunicação aos órgãos oficiais e ao sindicato laboral da concessão de férias coletivas;
	17	Facilitação do Teletrabalho			
	18	Antecipação de férias individuais			
	19	Concessão de férias coletivas			
	20	Aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas			
21	Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho	Adotou			



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

TRABALHISTA	22	Redução de jornada de trabalho e de salário	Adotou	Medida Provisória nº 936, DOU de 1º de abril de 2020; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 44, DOU de 28 de maio de 2020; Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020; Decreto nº 10.422 de 13 de julho de 2020	O prazo de duração da redução é de no máximo 90 dias e da suspensão no prazo máximo de 60 dias. ADI 6363 julgada pelo STF em 17/04/2020 reiterou que não há necessidade de aval dos sindicatos para redução/suspensão.
	23	Suspensão temporária do contrato de trabalho			
	24	Ampliação do Lay-Off	Adotou	MP 936, de 01/04/20	
	25	Suspensão dos registros administrativos	Adotou	MP 927, DE 22/03/20 MP 927, de 22/03/20	
	26	Ampliação do prazo para a realização de exames ocupacionais	Adotou		
	27	Suspensão dos prazos de contestação e de recursos administrativos	Adotou		
	28	Exclusão expressa no texto de lei da doença do Covid-19 como doença relacionada ao trabalho	Adotou		Exceto mediante comprovação do nexo causal
	29	Extensão emergencial do critério de dupla visita	Adotou		
	30	Custeio, pela Previdência Social, do salário dos empregados afastados devido ao coronavírus,	Adotou	Lei 13.982, de 02/04/20	As empresas poderão deduzir os valores pagos nas Contribuições à Previdência Social, limitado ao teto do INSS



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
MEDIDAS DO SISTEMA FIERGS	31	Possibilidade de a Indústria operar suas linhas de produção a partir de 50% da força de trabalho usual em suas atividades-fim, com regramentos específicos quanto à Covid-19, atendendo as recomendações da OMS, Ministério da Saúde, e Secretaria de Estado da Saúde.	Adotou	Arts. 4º e 5º do Decreto nº 55.154, DOE de 1º de abril de 2020	A partir do Decreto estadual, Municípios iniciaram flexibilização das atividades industriais
	32	Prazo para as providências de redução de teto operacional e de ocupação das indústrias, a fim de atender às exigências legais determinadas pelas bandeiras/cores regionais	Adotou	Medida administrativa anunciada em 16 de junho de 2020	Quinta: coleta de dados Sexta: cálculo e divulgação das bandeiras Segunda: prazo para apresentar divergências até às 8h e divulgação do mapa Terça: Início da vigência do novo mapa
TRIBUTAÇÃO	33	Suspensão dos prazos de intimações, impugnações e demais recursos ligados ao processo tributário administrativo, por 30 dias	Adotou	Art. 8º do Decreto nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020	
REGULAÇÃO	34	Prorrogação dos prazos para atendimento a condicionantes de licenças ambientais, renovação de licenças e demais exigências obrigações ambientais, em processo físico ou eletrônico em tramitação na SEMA e Fepam	Adotou	Instrução Normativa FEPAM nº 01, de 30 de março de 2020; Instrução Normativa FEPAM nº 03, de 9 de junho de 2020; Instrução Normativa FEPAM nº 04, de 3 de julho de 2020	Prazos suspensos por 90 dias, não se aplicando à renovação de licenças, que seguem operando pelo SOL - Sistema Online de Licenciamento.



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS PARCIALMENTE ADOTADAS	22	25%
--	-----------	------------



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	Diferimento, por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais , incluindo as contribuições previdenciárias.	Adotou parcialmente	Resolução CGSN nº 152, de 18/03/20; MP nº 927, de 22/03/20; Decreto nº 10.305/20, de 01/04/2020; Resolução CGSN nº 154, de 03/04/20; Portaria ME nº 139 de 03/04/2020; Portaria ME nº 150 de 08/04/2020; Portaria ME nº 245 de 15/06/2020; Decreto nº 10.414 de 2/07/2020	Adiados tributos e contribuições do Simples Nacional e FGTS, por 90 dias. Isenção do IOF-Crédito por 90 dias. Adiado novamente PIS/Cofins, Contribuições Previdenciárias, CPRB e Funrural, de maio para outubro de 2020.
	2	Parcelamento, em pelo menos 6 meses, sem incidência de multas e juros, do pagamento do valor dos tributos que tiverem o recolhimento adiado	Adotou parcialmente	MP 927, DE 22/03/2020	Pagamento parcelado do FGTS (em até seis parcelas mensais, com vencimento no sétimo dia de cada mês, a partir de julho de 2020).
	3	Adiamento da entrega da declaração do Imposto de Renda	Adotou parcialmente	IN RFB 1.930, de 01/04/20 – adiado apenas para pessoa física	Prorrogado para 30 de junho o prazo final para pessoa física.
	4	Prorrogação, por 90 dias, do prazo para apresentação das obrigações acessórias das empresas, com o objetivo de reduzir o trabalho não ligado diretamente à produção nas empresas, diminuindo a necessidade de pessoal	Adotou parcialmente	Resolução CGSN 153, de 25/03/20 e IN SERFB nº 1.932, DOU de 3 de abril de	Adiadas as entregas da Defis (Simples Nacional); da DASNSimei; da DCTF; da Escrituração Fiscal Digital (PIS/Pasep, Cofins e EFD-



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		nas suas instalações		2020; IN RFB nº 1.950 de 12 de maio de 2020; IN RFB nº 1.965, de 13 de julho de 2020	Contribuições) e da Escrituração Contábil Digital (ECD). A ECD e a ECF foram adiadas em 60 dias
	5	Adiar o pagamento, por 90 dias, sem multa e juros, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União	Adotou Parcialmente	Portaria 103 do ME, de 17/03/20; Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20; Portaria PGFN 9.917, de 14/04/20 Portaria PGFN 10.205 de 22/04/20; Portaria 201 do ME, de 12/05/20; Resolução CSGN nº 155 de 15/05/2020; Portaria PGFN 13.338 de 4/06/20; Portaria PGFN 14.402 de 16/06/20.	Suspensos procedimentos de rescisão de por inadimplência; previsão de transação extraordinária com primeira parcela para jun/20; pagamentos de parcelamentos da RFB e da PGFN adiados nos próximos 90 dias, sem previsão sobre os juros.
CRÉDITO	6	Criar linha emergencial para pagamento da folha de salários, de forma simples, ágil e que as INDÚSTRIAS consigam acessar	Adotou parcialmente	MP 944/2020 e Resolução Bacen nº 4.800/2020; Ato do Presidente do Congresso nº 53/20 MP 992 de 16 de julho de 2020	Linha de crédito criada para financiar a folha de pagamento de pequenas e médias empresas — com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

	7	Carência de 6 meses para as linhas de crédito já contratadas pela FINEP, BNDES PSI e Programas Agro do BNDES equalizados pelo Tesouro Nacional	Adotou parcialmente		Medida emergencial anunciada pela FINEP em 30 de abril de 2020
	8	Facilitação, por parte dos bancos Públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro, inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias	Adotou parcialmente	Resolução CODEFAT nº 850, de 18/03/20; MP nº 958, DOU de 27 de abril de 2020; EC nº 106/2020; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 69, DOU de 25 de junho de 2020	Em que pese a medida já tenha sido regulamentada, as condições não são diferenciadas e os bancos não estão operando.
	9	Criar linha de crédito emergencial para empresas que faturam entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões, de forma simples e ágil, para que também as indústrias de médio porte consigam acessar os recursos de capital de giro	Adotou parcialmente	Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020	Tratam-se de garantias disponibilizadas para acesso às linhas de crédito e aguardam regulamentação.
COMÉRCIO EXTERIOR	10	Prorrogação automática, por 90 dias, a partir da respectiva data de vencimento prevista, dos ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), PPEs (Pré-pagamento de exportação), NCEs (Nota de Crédito à Exportação) e demais contratos relativos aos pagamentos de operações de comércio exterior firmados em contrato.	Adotou parcialmente	Circular BACEN nº 4.002, de 16 de abril de 2020	Ampliação do prazo para 1.500 dias para contratação e liquidação dos contratos de câmbio, contemplando operações de ACC e ACE
INFRA-ESTRUTURA	11	Regulação da cobrança do consumo de energia elétrica para a indústria, considerando a demanda registrada e não a contratada, devido à depressão no consumo energético, além da postergação ou do parcelamento do pagamento, com juros módicos, do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras de	Adotou parcialmente	Decreto nº 10.350 de 18 de maio de 2020; RN ANEEL nº 885 de 23 de junho de 2020	



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		forma geral, cativas ou permeadas pelo Mercado Livre de Energia, pelo prazo de três meses, prorrogáveis.			
		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
MEDIDAS DO SISTEMA FIERGS	12	Disponibilidade para as estruturas de SAÚDE do Sesi aplicarem a testagem rápida massiva para a Covid-19, utilizando a competência acumulada nas campanhas de vacinação e a capilaridade da instituição, podendo começar em 48 horas após a primeira entrega dos kits	Em andamento		
	13	Disponibilidade do Pavilhão de Exposições para centro de diagnóstico, triagem, e hospital de campanha	Em andamento		
TRIBUTAÇÃO	14	Diferimento da cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, assim como o Imposto devido por Substituição Tributária por, no mínimo, 90 dias	Adotou parcialmente	Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020.	Suspensa parcela de ICMS do <u>Simplex Nacional</u> , por 90 dias (não válido para ST ou DIFAL) Período de apuração de Março, vencerá em 20 de julho; de Abril, vencerá em 20 de agosto; e de Maio, vencerá em 21 de setembro de 2020.
	15	Suspensão de fiscalização, autuações e inscrição em dívida ativa em relação à apuração de ICMS nos meses de março a agosto de 2020	Adotou parcialmente	Medida administrativa anunciada em 26/03	Ficam mantidos os procedimentos que não exigem deslocamento
	16	Renegociação de débitos tributários, com carência de 90 dias.	Adotou parcialmente	Medida administrativa anunciada em 26/03	Prorrogadas as dispensas de pagamentos antecipados de dívidas já negociadas,



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

					que vencem em março e abril, por mais 60 dias
	17	Flexibilização das regras de revogação do Programa Refaz-2019 (Decreto nº 54.853), para aqueles contribuintes que ficarem inadimplentes por três meses consecutivos; ou ainda, a interrupção dos pagamentos de parcelamentos em andamento e a retomada dos mesmos a partir de setembro	Adotou parcialmente	Instrução Normativa RE nº 32/20, DOE de 7 de maio de 2020	Exclusão do limite de 6 parcelas para parcelamento de débitos de ICMS declarados relativos a fatos geradores ocorridos após a formalização de acordo em programas especiais.
	18	Suspensão dos prazos dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, por 60 dias	Adotou parcialmente	Medida administrativa anunciada em 26/03	A suspensão anunciada foi pelo prazo de 30 dias
	19	Prorrogação de todos os estímulos fiscais até o final do ano de 2020	Adotou parcialmente	Convênio ICMS 22/20 de 3 de abril de 2020	Convênios 100/97; 52/91; 38/01; 113/06; 73/16, entre outros, prorrogados via CONFAZ.
CRÉDITO	20	Ampliação, flexibilização e desburocratização, das linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Banco Regional do Desenvolvimento Estadual – BRDE e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL	Adotou parcialmente	Informações disponibilizadas no site do BNDES e do BRDE	BNDES ampliou a linha de Crédito Pequenas Empresas e BRDE lançou, com recursos próprios, a linha de crédito para capital de giro, a BRDE Recupera Sul
REGULAÇÃO	21	Prorrogação, por 90 dias, da cobrança das taxas de renovação de licenças ambientais, e demais documentos exigidos pela SEMA e Fepam	Adotou parcialmente	Resolução FEPAM nº 004/2020, de 29 de abril de 2020 Resolução FEPAM nº 005/2020, de 10 de junho de 2020	Prorrogação por 60 dias das licenças ambientais com até 150 dias para o final do seu prazo de vigência.
INFRA-ESTRUTURA	22	Disponibilização, pela CEEE e pela RGE, de meios para que o consumidor possa informar a autoleitura do medidor de luz, em alternativa à cobrança relativa ao faturamento pela média dos últimos 12 meses	Adotou parcialmente		Ceee disponibilizou aplicativo para enviar a medição e RGE informou que segue procedendo com a medição de consumo.



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS NÃO ADOTADAS/PENDENTES	30	35%
---	-----------	------------



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	Ampliar o rol dos tributos federais com pagamento adiado, com inclusão do IRPJ, da CSLL e do IPI, por 90 dias	Pendente de análise		
	2	Retroatividade dos prejuízos fiscais registrados durante a calamidade pública, com possibilidade de compensar com lucros auferidos nos últimos 2 anos, gerando restituição de IRPJ e CSLL	Pendente de análise		
	3	Flexibilização das restrições de quitação de débitos tributários federais via compensação com créditos de impostos e autorização de monetarização/aproveitamento total de prejuízos fiscais, para quitação de débitos fiscais próprios de tributos ou transferência entre empresas	Pendente de análise		
	4	Pagamento dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de PIS/Cofins e IPI já homologados pela Receita Federal do Brasil e reduzir, de 360 dias para 90 dias, o prazo para a análise dos pedidos de ressarcimento e compensação de saldos credores de tributos federais pela Receita Federal do Brasil	Pendente de análise		
	5	Isentar tributos federais e encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica, pelo período de três meses, com compensação por parte da União dos recursos de encargos setoriais não transferidos à sua destinação	Pendente de análise		



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

	6	Prorrogar, por pelo menos 1 ano, os prazos para início da entrega da versão completa do Bloco K da EFD ICMS/IPI	Pendente de análise		
CRÉDITO	7	Aumentar o limite de faturamento máximo da média empresa para acesso a linha para pagamento da folha	Pendente de análise		
	8	Substituição do documento de comprovação do salário pago ao empregado pela GFIP, desvinculando a obrigatoriedade de ter folha processado por agente financeiro e ampliando o prazo de solicitação de 30 de junho para até 30 de setembro de 2020.	Pendente de análise		Dificuldade de pequenas empresas que não possuem folha processada com instituições financeiras, acabando por não ter acesso ao financiamento, conforme exigido pela MP 944
	9	Redução da TJLP para adequação à Selic	Pendente de análise		
TRABALHISTA	10	Prorrogação do prazo para implementação do eSocial, até o cancelamento do Decreto de calamidade Pública nacional	Pendente de análise		
	11	Aplicar o IPCA-E como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas e estipular que os juros de mora sigam os percentuais aplicáveis à caderneta de poupança.	Pendente de análise	MP 936, de 01/04/20	Com tal medida, reduz-se o impacto financeiro dos juros reais dos passivos trabalhistas. Aguarda aprovação no Senado Federal e sanção do Presidente da República
	12	Alteração do art. 899, da CLT, para prever que o depósito recursal em processo trabalhista, que atualmente é corrigido com os mesmos índices da poupança, seja atualizado pelo IPCA mais juros de mora equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança	Pendente de análise	MP 936, de 01/04/20	O valor depositado pela empresa merece atualização condizente com a realidade. Aguarda aprovação no Senado Federal e sanção do Presidente da República



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

	13	Prorrogar o prazo máximo de redução da jornada ou suspensão do contrato de trabalho.	Pendente de análise	MP 936, de 01/04/20	Texto aprovado na Câmara dos Deputados no dia 28/05, traz a permissão para o Poder Executivo prorrogar o prazo máximo de redução da jornada ou suspensão do contrato.
	14	Prorrogação do prazo de gestão de Entidades Sindicais cujas mandatos das suas Diretorias vierem a expirar no período de calamidade pública ou que já estavam, nesse período de calamidade pública, com seus processos administrativos em andamento, visando a atualização de suas diretorias eleitas	Pendente de análise		As negociações coletivas não estão sendo concluídas pois o Sistema Mediador do Ministério da Economia condiciona o registro desses instrumentos coletivos à atualização dos processos eletivos sindicais junto ao Ministério da Economia
COMÉRCIO EXTERIOR	15	Prorrogação da validade das licenças de importação por 90 dias	Pendente de análise		
	16	Promover atuação coordenada e intensificada dos órgãos de fronteira para facilitar as liberações de carga	Pendente de análise		
INFRA-ESTRUTURA	17	Prorrogação do pagamento de taxas de serviços essenciais para o setor produtivo, como energia elétrica, gás e água, por 90 dias	Pendente de análise		
	18	Oferecer medidas de saúde e segurança ao setor essencial de transporte	Pendente de análise		
	19	Reajuste da tabela do frete, se adequando à redução do preço do diesel nos últimos meses	Pendente de análise		
MEIO AMBIENTE	20	Adiar a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) dos meses de março e junho de 2020	Pendente de análise		
	21	Definir as regras de simplificação e dispensa para apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) pelas micro e pequenas empresas	Pendente de análise		



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	22	Prorrogação da validade das certidões negativas de débitos vigentes, até dezembro de 2020	Não adotou		
	23	Suspensão da exigência do MDFe intermunicipal e interestadual por tempo indeterminado	Pendente de análise		
	24	Ampliação do prazo de apropriação dos créditos fiscais presumidos em, no mínimo, 90 dias	Pendente de análise		
	25	Retorno do prazo de pagamento de ICMS, pela indústria, para o dia 21 de cada mês	Pendente de análise		
	26	Instituir um bônus de adimplência ao contribuinte que pagar os impostos estaduais em dia	Pendente de análise		
CRÉDITO	27	Abertura de linha de crédito especial no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, com indexação pela taxa Selic, para financiamento do pagamento do ICMS referente aos meses de abril/maio/junho, com carência de noventa dias.	Não adotou		
	28	Abertura de linha de crédito junto ao Banrisul em favor da Corsan, Demae e demais empresas fornecedoras de água potável no RS, para viabilizar o adiamento do pagamento das contas pelos usuários, por 4 meses e subsequente parcelamento em 12 parcelas.	Pendente de análise	Solicitado ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura	



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

TRABALHISTA	29	Piso Regional - Suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 35/2020, que prevê aumento de 4,5% para as cinco faixas do salário mínimo regional.	Pendente de análise	Solicitado ao Governo do Estado e Assembleia Legislativa	
	30	Análise de possíveis inconstitucionalidades na Portaria nº 283/2020 – Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES), que tem por objetivo, no âmbito do RS, disciplinar, para o setor das indústrias e de forma individual, medidas para prevenção e controle à Covid-19.	Pendente de análise	Carta enviada ao Governo do Estado	Dispositivos da Portaria adentram a competência da União no que tange à fiscalização do trabalho



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

		MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO FEDERAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
MEDIDAS DE COMBATE À EPIDEMIA	1	Medidas que poderão ser adotadas pelo Governo para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, como dispensa de licitações	Lei nº 13.979, DOU de 6 de fevereiro de 2020
	2	Reconhecimento de estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020	Mensagem ao Congresso nº 92, DOU de 18 de março de 2020
	3	Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais	Medida Provisória nº 926, DOU de 20 de março de 2020
MEDIDAS DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO	4	Priorizar e simplificar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar	Instrução Normativa RFB nº 1.927, DOU de 17 de março de 2020 e Instrução Normativa RFB nº 1.929, DOU de 26 de março de 2020, IN RFB nº 1.944, DOU de 04 de maio de 2020; Instrução Normativa SRF nº 1.955, DOU de 26 de maio de 2020
	5	Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate à Covid-19	Portaria SECEX nº 16, DOU de 18 de março de 2020; Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020 Resolução Siscomex nº 24 de 09 de maio de 2020 Resolução Anvisa RDC nº 381, de 12 de maio de 2020 Resolução Siscomex nº 27 de 14 de maio de 2020 Resolução Siscomex nº 28 de 15 de maio de 2020 Resolução Siscomex nº 29 de 21 de maio de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

			Resolução Siscomex nº 39 de 01 de junho de 2020 Resolução Siscomex nº 33 de 05 de junho de 2020 Resolução Siscomex nº 37 de 22 de junho de 2020 Resolução Siscomex nº 38 de 24 de junho de 2020 Portaria Secex nº 40 de 25 de junho de 2020 Decreto nº 10.407 de 29 de junho de 2020
6	Suspensão, em caráter temporário e excepcional, das atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT, por 90 dias		Portaria ANTT nº 117, DOU de 25 de março de 2020
7	Facilitação na retirada de mercadoria depositada em recinto alfandegado		Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 2, DOU de 31 de março de 2020
8	Facilitação no despacho aduaneiro e requisitos de importação		Instrução Normativa RFB nº 1936, D.O.U de 15 de abril de 2020 Instrução Normativa RFB nº 1937, D.O.U de 15 de abril de 2020 Resolução Anvisa nº 378 e 379, DOU de 30 de abril de 2020; Portaria SECEX nº 25, de 8 de maio de 2020; Resolução Siscomex Importação nº 29 de 11 de maio de 2020; Lei 14.006/2020 Anvisa de 29 de maio de 2020; Portaria SECEX nº 40, de 24 de junho de 2020
9	Prorrogação de prazo para pagamento de tributos federais do SIMPLES (IRPJ, IPI, CSLL, PIS e Cofins), por 90 dias		Resolução nº 152 da Secretaria Especial da Fazenda, DOU de 18 de março de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS TRIBUTÁRIAS		
10	Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar, até 30 de setembro de 2020	Resolução nº 22 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 26 de março de 2020 Resolução nº 17 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 17 de março de 2020 Resolução nº 28 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 01 de abril de 2020 Resolução nº 31 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 08 de abril de 2020 Portaria Ministério da Economia nº 158 – DOU de 16 de abril de 2020 Resolução CAMEX nº 32, DOU de 17 de abril de 2020 Resolução CAMEX nº 33, DOU de 30 de abril de 2020 Resolução CAMEX nº 44, DOU de 18 de maio de 2020 Decreto nº 10.352 de 19 de maio de 2020 Resolução CAMEX nº 51 de 17 de junho de 2020 Resolução CAMEX nº 67 de 10 de julho de 2020
11	Suspender temporariamente, por interesse público, os direitos antidumping para importações de países e produtos determinados para facilitar o combate ao Covid-19	Resolução CAMEX Nº 23 de 25 de março de 2020
12	Desoneração temporária de IPI sobre bens importados ou produzidos internamente, que sejam necessários ao combate à Covid-19, até 30 de setembro de 2020	Decreto nº 10.285 da Presidência da República, DOU de 20 de março de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS TRIBUTÁRIAS		
13	Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União, por até 90 dias	Portaria nº 103 do Ministério da Economia, DOU de 17 de março de 2020
14	Disponibilização de condições facilitadas para renegociação de dívidas com a União, até 25 de março de 2020	Portaria nº 103 do Ministério da Economia, DOU de 17 de março de 2020
15	Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União	Portarias PGFN nº 7.820 e 7.821, DOU de 18 de março de 2020; Portaria PGFN nº 9.917, DOU de 16 de abril de 2020; Portaria PGFN nº 9.924, DOU de 16 de abril de 2020; Portaria PGFN nº 13.338, DOU de 4 de junho de 2020; Portaria PGFN 15.413, DOU de 1 de julho de 2020
16	Diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, por 90 dias	Medida Provisória nº 927 do Governo Federal, DOU de 22 de março de 2020
17	Suspensão de prazos e procedimentos pela Receita Federal, até 30 de junho de 2020	Portaria nº 543 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, DOU de 23 de março de 2020; Portaria nº 936 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, DOU de 29 de maio de 2020
18	Suspensão de atos processuais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, até 30 de abril de 2020	Portaria nº 8.112 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, DOU de 20 de março de 2020
19	Suspensão de prazos processuais judiciais e audiências, até 30 de abril de 2020	Resolução nº 313 do Conselho Nacional de Justiça, DOU de 19 de março de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS TRIBUTÁRIAS		
20	Prorrogação da validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPEND), por 90 dias	Portaria Conjunta da RFB e PGFN nº 555, DOU de 24 de março de 2020; Portaria Conjunta da RFB e PGFN nº 1.178, DOU de 14 de julho de 2020
21	Prorrogação do prazo de apresentação de declarações (Defis e DAS-Simei) para empresas do Simples Nacional, até 30 de junho de 2020	Resolução CGNS nº 153, DOU de 25 de março de 2020
22	Prorrogação do prazo para adesão à transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União (DAU) prevista na Medida Provisória nº 899/2019	Portaria PGFN nº 8.457, DOU de 25 de março 2020
23	Transações resolutivas de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública no âmbito da União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem, de natureza tributária ou não tributária	Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 Portaria AGU/PGFN nº 14, de 13 de julho de 2020
24	Redução das alíquotas do Sistema S, até 30 de agosto	MP 932, DOU de 31 de março de 2020; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 40, DOU de 27 de maio de 2020.
25	Adiamento, para 1º de janeiro de 2021 , do aumento da parcela mínima do parcelamento simplificado previsto na Lei 10.522/2002.	Portaria PGFN nº 8.792, DOU de 1º de abril de 2020
26	Prorrogação do prazo final para apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física para 30 de junho de 2020 .	Instrução Normativa SERFB nº 1.930, DOU de 1º de abril de 2020
27	Redução, para zero, das alíquotas de IOF nas operações de crédito contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020, prorrogado até 2 de outubro de 2020 .	Decreto nº 10.305, DOU de 2 de abril de 2020; Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020
28	Prorrogação do prazo para recolhimento das contribuições previdenciárias, PIS/PASEP e Confins, de março e abril de 2020 para julho e setembro de 2020 .	Portaria nº 139, DOU de 3 abril de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

	29	Prorrogação do prazo para apresentação das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), para o 15º dia útil do mês de julho de 2020 , das DCTF originalmente previstas para serem transmitidas até o 15º dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020; Prorrogação do prazo para apresentação das Escriturações Fiscais Digitais da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) para o 10º dia útil do mês de julho de 2020 , das EFD-Contribuições originalmente previstas para serem transmitidas até o 10º dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020.	Instrução Normativa SERFB nº 1.932, DOU de 3 de abril de 2020
	30	Suspensão dos prazos processuais no âmbito de processos administrativos sancionadores da ANTT, por 90 dias	Resolução nº 5.878, DOU de 27 de março de 2020
	31	Alteração dos prazos de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)	Circular BACEN nº 3.995 de 24 de março de 2020
	32	Redução à zero das alíquotas da Contribuição para PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação e da Contribuição para Cofins e Cofins-Importação, incidentes sobre medicamento a granel e medicamento em doses, até 30 de setembro de 2020 .	Decreto nº 10.318, DOU de 9 de abril de 2020.
	33	Possibilidade de conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis	Lei nº 13.994, DOU de 27 de abril de 2020
	34	Prorrogação da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para maio de 2021	Medida Provisória nº 959/2020; Ato do Presidente do Congresso nº 71 de 29 de junho de 2020
	35	Disposições sobre o regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus	Lei 14.010 de 10 de junho de 2020
MEDIDAS DE	36	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito	Resolução Banco Central nº 4.782, DOU de 16 de março de 2020
	37	Suspensão das prestações de financiamentos contratos até 23 de março de 2020, com vencimento entre abril e setembro de 2020, inclusive Cartão BNDES	-
	38	Ampliação da oferta de capital de giro para empresas com faturamento anual até R\$ 300 milhões	-



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

CRÉDITO	39	Financiamento para pagamento de 2 salários mínimos pelo prazo de 2 meses para Pequenas e Médias Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões	Anunciado em 27/03 vigência depende de aprovação do Senado e Decreto Presidencial
	40	Financiamento para investimento e capital de giro isolado ou associado, sendo vedada a destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios, para Micro e Pequenas Empresas – PRONAMPE	Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020; Portaria RFB nº 1.039, de 18 de junho de 2020; Portaria RFB nº 1.191, de 16 de julho de 2020
	41	Programa de facilitação ao crédito pela disponibilização de garantias por meio de Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), para empresas que tenham faturamento bruto anual em 2019 de R\$360mil a R\$300milhões, dispensando a apresentação de alguns documentos anteriormente exigidos	Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020
MEDIDAS PARA MANUTENÇÃO DE EMPREGOS	42	Regulamenta medidas extraordinárias de teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, diferimento do recolhimento do FGTS	MP 927, DOU de 22 de março de 2020 MP 928, DOU de 23/03 MP 936, DOU de 01/04 MP 946, DOU de 07/04 Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020;
MEDIDAS AMBIENTAIS	43	Suspensão dos prazos processuais de todos os processos que tramitam perante o IBAMA, por tempo indeterminado	Portaria IBAMA nº 826, DOU de 21 de março de 2020
	44	Prorrogação do prazo para entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP/2020), por até 29 de junho de 2020	Instrução Normativa IBAMA nº 12, DOU de 26 de março de 2020
	45	Suspensão de prazos processuais dos processos administrativos que tramitam perante à Agência Nacional de Mineração (ANM) e apreciação de requerimento de liberação de atividades, até 31 de maio de 2020	Resolução ANM nº 28, DOU de 26 de março de 2020 Resolução ANM nº 30, DOU de 7 de maio de 2020
MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO ESTADUAL			INSTRUMENTO NORMATIVO



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

MEDIDAS DE COMBATE À EPIDEMIA		
46	Declaração de situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul e estabelece lista de atividades públicas e privadas essenciais de combate à Covid-19	Dec. nº 55.154, DOE de 1º de abril de 2020 Dec. nº 55.150, DOE de 28 de março de 2020 Dec. nº 55.145, DOE de 26 de março de 2020 Dec. nº 55.136, DOE de 25 de março de 2020 Dec. nº 55.135, DOE de 23 de março de 2020 Dec. nº 55.130, DOE de 20 de março de 2020 Decreto nº 55.177, DOE de 8 de abril de 2020 Decreto nº 55.184 DOE de 16 de abril de 2020 Decreto nº 55.185 DOE de 16 de abril de 2020 Decreto nº 55.240 DOE de 11 de maio de 2020
47	Suspensão dos prazos de defesa e recursais dos processos da administração pública estadual direta e indireta, pelo prazo de 30 dias	Art. 8º do Dec. nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020
48	Prorrogação de pagamento das faturas de gás natural com vencimento no período entre 24 de março e 23 de abril, em 30 dias e parcelada em 3 vezes sem aplicação de juros e multas	Medida administrativa anunciada em 23/03
49	Redução do atendimento da Secretaria da Fazenda, apenas atendimento virtual por prazo indeterminado	Decreto nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020
50	Suspensão do encaminhamento a Protesto e inclusão no Serasa em ações de cobrança pela inadimplência e descumprimento de obrigações de natureza tributária e não tributária	Medida administrativa anunciada em 26 de março; Provimento nº 012/2020-CGJRS
51	Suspensão das intimações para comparecimento presencial	Medida administrativa anunciada em 26/03



Atualizado com medidas anunciadas até 29 de julho de 2020

TRIBUTAÇÃO	52	Suspensão dos Registros de passagens obrigatórios nos postos fiscais de divisa com Santa Catarina	Medida administrativa anunciada em 26/03
	53	Suspensão dos vistos nas notas fiscais na entrada de importações	Medida administrativa anunciada em 26/03
	54	Suspensão das baixas de ofício das empresas	Medida administrativa anunciada em 26/03
	55	Atendimento totalmente virtual	Medida administrativa anunciada em 26/03
	56	Prorrogação do prazo para apresentação das garantias de parcelamento, por 60 dias	Medida administrativa anunciada em 26/03
	57	Exclusão do limite de 6 parcelas para o parcelamento de débitos de ICMS declarados relativos a fatos geradores ocorridos após a formalização de acordo em programas especiais.	Instrução Normativa RE nº 32/20, DOE de 7 de maio de 2020.
	58	Suspensão da parcela de ICMS/ISS do Simples Nacional, por 90 dias	Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020.
	59	Reuniões virtuais do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF)	Resolução TARF 001/2020, de 15 de maio de 2020